



ANAIS

Voltar

MOBILIDADE ESPACIAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO; UM ESTUDO SOBRE MARICÁ – RJ

DÉSIRÉE GUICHARD*

Introdução

No final do século XX o espaço metropolitano do Rio de Janeiro sofreu profunda transformações de ordem econômica e política, oriundas de mudanças nacionais e internacionais. Os resultados nas áreas metropolitanas foram inúmeros, entre eles o rearranjo do tecido urbano e o aparecimento de novos fluxos populacionais, entre eles a saída das classes médias do centro metropolitano para espaços peri-urbanos. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar uma modalidade de fluxo populacional: a mobilidade espacial das classes médias da área central da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, para o município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, nos anos oitenta e noventa do século XX¹.

Para o desenvolvimento do tema, o trabalho inicialmente trata das mudanças no Brasil Urbano de Janeiro nas últimas duas décadas do século XX, na segunda busca identificar o significado dos conceitos de mobilidade espacial e classes médias, na terceira avalia a mobilidade das classes médias no espaço urbano, em seguida investiga a inserção de Maricá na metrópole do Rio de Janeiro e, por fim, analisa os significados do novo fluxo populacional na produção do espaço urbano do município de Maricá².

* Professora Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Geografia pela UFF.

¹ O presente trabalho apresenta algumas conclusões da dissertação de mestrado “O Lugar das Classes Médias em Maricá” defendida no programa de mestrado em geografia da UFF em 2001. A pesquisa contou com um questionário respondido por sessenta famílias de novos moradores.

² Em julho de 2001, data de entrega da dissertação, o município de Maricá pertencia oficialmente à região de governo: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em setembro de 2001 o município passou a compor a Região das Baixadas Litorâneas.



ANAIS

[Voltar](#)

1. Mudanças de Fim de Século no Brasil urbano

*A situação de inclusão no sistema " tende a mudar, quando a classe média começa a conhecer a experiência da **escassez**, o que poderá levá-la a uma reinterpretação de sua situação. A falta de garantia no emprego, a deterioração dos salários e o crescente endividamento estão levando ao desconforto quanto ao presente e à insegurança quanto ao futuro, tanto ao futuro remoto quanto ao mais imediato.." (SANTOS, 1999)*

Importantes mudanças de ordem econômica, social, política e ideológica ocorreram nas últimas duas décadas, fecharam o século e repercutiram diretamente na reestruturação da metrópole brasileira, e, de maneira mais profunda, no Rio de Janeiro. Entre muitas mudanças, podemos citar a crise dos anos 80, que teve origem nas mudanças da esfera financeira nos países centrais, com o aumento da inflação e das taxas de juros internacionais. As consequências num país periférico como o Brasil foram mais graves como o aumento exponencial da dívida externa e interna e a grave crise fiscal. As soluções escolhidas foram a implantação do projeto neoliberal, com o processo de enxugamento do Estado e a abertura política. Ao mesmo tempo ocorreu a implementação de reestruturação na produtiva, que tem como elementos o enxugamento do quadro de empregados, forte mecanização, intensa informatização, a descentralização territorial da atividade econômica e a terceirização. Entre muitos resultados desse processo é possível apontar o aumento da pobreza absoluta, da exclusão social, do tráfico de drogas e da violência.

A crise também atingiu o Sistema Financeiro de Habitação – SFH. No início dos anos 80, este financiava 80% da produção formal (MELO, 1990). As mudanças apontadas anteriormente minaram os pilares do funcionamento do SFH, que, no início dos anos 80, contava com importante massa salarial proveniente dos setores público e produtivo, com investimentos diretos do Estado e contribuições do FGTS e da poupança oriundas da atividade econômica. Isso resultou no aprofundamento



ANAIS

Voltar

da crise habitacional para os setores médios e populares, até hoje não solucionada, vide o enorme número de mutuários da Caixa Econômica Federal atrelados às dívidas de longo prazo, a juros de curto prazo. É importante destacar também que este mesmo sistema financiava projetos de infra-estrutura urbana (MELO,1990) e a sua retração trouxe repercussão direta na capacidade de os governos estaduais executarem as obras necessárias neste setor, resultando na ausência ou na má qualidade da infra-estrutura nas novas áreas acrescidas, nas últimas décadas.

Desde a segunda metade da década de 90, o governo Fernando Henrique Cardoso sustenta a estabilidade monetária³ à custa de grande vulnerabilidade ao capital financeiro internacional. Internamente a economia retoma o crescimento com grande abertura às empresas estrangeiras e o setor financeiro no papel central, com a prática de juros altos e a extrema dilatação do crédito.

As repercussões nas classes médias foram amplas como a queda real dos salários na ordem de 30% (MELO,1990), a perda dos direitos sociais e trabalhistas, a retração do mercado de trabalho, a maior exigência na qualificação para o trabalho, o desemprego, as oportunidades em cidades médias do interior, a degradação da qualidade de vida devido à violência e a perda do convívio do espaço público. Somado às perdas, o quadro se agrava com a diminuição do seu peso político e econômico, pois a estruturação do mercado interno, durante as décadas de 30 a 70, baseou-se na formação da massa salarial das classes médias, hoje ele é baseado, sobretudo na extensão do crédito. Com isso, elas não têm mais o mesmo papel central no cenário político.

2. Os conceitos de Classes Médias e Mobilidade

O conceito de classes médias escolhido para trabalhar é o do recorte socio-ocupacional, e não o de renda. Esta opção vem ao encontro de estudos mais recentes sobre a estrutura social (PRETECEILLE,2000). O contexto ocupacional é o escolhido porque dá origem e significado ao segmento em questão. A inserção

³ Inflação média por década: 60-35%, 70-34%, 80-270%, 90/94-1265% e 95/00-10,3%.



ANAIS

Voltar

das classes médias na sociedade e as estratégias de sobrevivência no espaço urbano são realizadas a partir da ocupação. Embora a renda seja uma medida objetiva, tal como o valor da habitação, ela não dá conta da complexidade da sociedade atual. A renda advém da categoria ocupacional, e é somente mais um elemento na compreensão da estrutura social. Logo, a categoria socio-ocupacional é determinante na organização dos segmentos sociais no espaço urbano.

Para este estudo, portanto, são considerados os seguintes segmentos: os Profissionais liberais, os Profissionais de nível superior autônomos, os Profissionais autônomos de nível superior empregados, a pequena burguesia (Pequenos empregadores urbanos e Comerciantes por conta própria), os Empregados de escritório, os Empregados de supervisão, os Técnicos e artistas, os Empregados da saúde e da educação e os Empregados da Segurança pública, justiça e correios⁴, formando o conjunto **classes médias**. Estas, já analisadas pela literatura brasileira, como portadoras de características e valores próprios, distintos do proletariado e da elite dirigente. Especificamente a mobilidade espacial deste segmento social, no espaço metropolitano do Rio de Janeiro, especificamente do centro metropolitano para um pequeno município como Maricá, que é o tema da investigação.

A dinâmica da população no espaço urbano está diretamente relacionada às mudanças da sociedade. A **mobilidade** espacial dos diferentes segmentos sociais é resultado e, ao mesmo tempo, gerador de transformações sociais. Pois, as localidades que sofrem êxodo ou chegada maciça de um determinado segmento social são sujeitas às mudanças socio-espaciais. Desta forma, os agentes que produzem o espaço geográfico não são somente a economia, o Estado e a sociedade organizada, os fluxos populacionais também promovem mudanças, na medida em que atribuem novos usos ao espaço urbano. Tais usos estão relacionados ao conteúdo social dos novos moradores, pois cada classe ou segmento de classes social produz diferentes demandas no contexto habitacional,

⁴ Adaptado de RIBEIRO (2000).



ANAIS

Voltar

no comércio e nos serviços urbanos públicos e privados. Assim, as mudanças promovidas pelo movimento populacional referem-se à produção do espaço residencial e dos centros urbanos.

Amplamente usado nas ciências humanas, o conceito de mobilidade na geografia não é sinônimo de migração. Este termo corresponde aos grandes movimentos populacionais intra-regionais ou internacionais. O conceito de mobilidade espacial ou residencial, refere-se aos fluxos de menor escala, dentro da mesma localidade, nos espaços intra-urbanos e intrametropolitanos. O fluxo populacional, que é objeto da presente pesquisa, enquadra-se em tal definição.

O conceito de mobilidade a ser utilizado como aporte teórico é o de mobilidade espacial, pois se refere aos “deslocamentos intra-urbanos de caráter residencial, que são expressão do rearranjo no tecido urbano em função das mudanças no tecido social.” (BECKER, 1997).

A escolha do conceito de mobilidade nos aproxima mais do caráter social do movimento, ou seja, refere-se ao mesmo tempo à uma mudança social e não somente a um mero deslocamento no espaço. A mobilidade determinada pela expansão do capital é denominada de *mobilidade para o trabalho* (BECKER & EGLER, 1996) e será utilizada aqui para fazer um contraponto com a mobilidade residencial. Entendemos que a mobilidade não é um fenômeno de caráter de iniciativa individual, mas de uma classe ou grupos socioeconômicos, ligados à valorização do capital.

Toda mobilidade é representativa de mudanças na ordem social, política e espacial, portanto o fenômeno estudado não é somente uma expansão residencial “natural” da metrópole, é sobretudo uma estratégia de reprodução das classes médias diante de grandes mudanças e perdas. Para isso entendemos que o fenômeno em estudo refere-se à *mobilidade residencial* e também à *mobilidade para o trabalho*, já que alguns setores das classes médias são formados por pequenos capitalistas, que encontram no pequeno centro a oportunidade de abrirem ou expandirem uma empresa a um custo mais baixo do que no centro metropolitano.



ANAIS

[Voltar](#)

3. Mobilidade das classes médias no espaço urbano

O fenômeno de saída das classes médias da área central metropolitana já é, desde os anos 80, uma realidade nas duas grandes metrópoles nacionais: Rio de Janeiro e São Paulo. Existe, no entanto, uma distinção no que diz respeito à natureza dos fluxos deste segmento. Um se dirige para as cidades médias do interior, constituindo de mão-de-obra altamente especializada, demandada pela descentralização de empresas em direção ao interior dos estados. Outro se dirige para as localidades do “entorno” metropolitano (espaços periféricos e peri-urbanos), formado, sobretudo, por moradores com a vida profissional ligada à cidade central, esta modalidade refere-se à expansão urbana-residencial da própria metrópole.

É importante ressaltar que não se pode estabelecer um limite preciso entre os dois tipos de mobilidade — do trabalho e residencial — para as classes médias neste estudo. Algumas cidades médias já cumprem, ao mesmo tempo, o papel de centro economicamente dinâmico e o de “bairro distante” — por exemplo, Teresópolis. Por outro lado, os espaços periféricos e peri-urbanos das metrópoles são importantes espaços de oportunidades para abertura de novos negócios a custo mais baixo que no centro metropolitano, o que confere ao fluxo das classes médias para essas localidades um caráter de mobilidade para o trabalho.

Existem, portanto, algumas distinções entre a mobilidade das classes médias nos dois mais importantes estados da federação. Em São Paulo, o fluxo mais significativo é em direção às cidades médias do interior (Santos, 1993), já a expansão do espaço residencial da metrópole é percebida em duas modalidades: a) para espaços periféricos (TASCHNER, 1990), b) para espaços peri-urbanos, como por exemplo, na cidade de Itapeirica da Serra e em grandes condomínios conjugados a shopping centers, como o Alphaville 1,2,..18, em Barueri. (Souza, 2000).

No Rio de Janeiro, ocorrem algumas diferenças em relação a São Paulo, a Região Metropolitana, como um todo, configura-se, desde 1991 como área de forte êxodo, sobretudo os dos municípios centrais, Rio e Niterói, como pode ser visto no mapa de saldo migratório do estado (mapas n.º 1 e n.º 2).



ANAIS

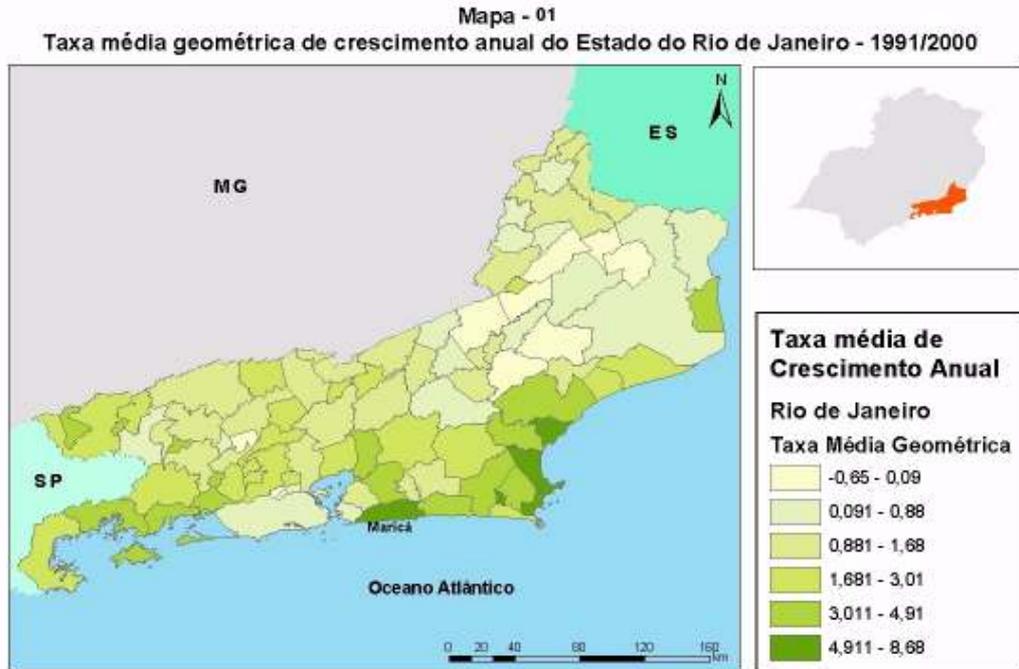
Voltar

Algumas cidades médias do estado, como Resende, Petrópolis, Teresópolis, Friburgo, Cabo Frio e Macaé, apresentaram nas últimas décadas significativo crescimento populacional, devido ao seu dinamismo econômico em diferentes setores, porém as maiores taxas de crescimento no estado são relativas à expansão da área residencial metropolitana nos municípios mais externos (Itaboraí, Mangaratiba, Guapimirim, Magé e Maricá). e também na Região dos Lagos (Búzios e São Pedro D'Aldeia.) (mapa n.º 1)

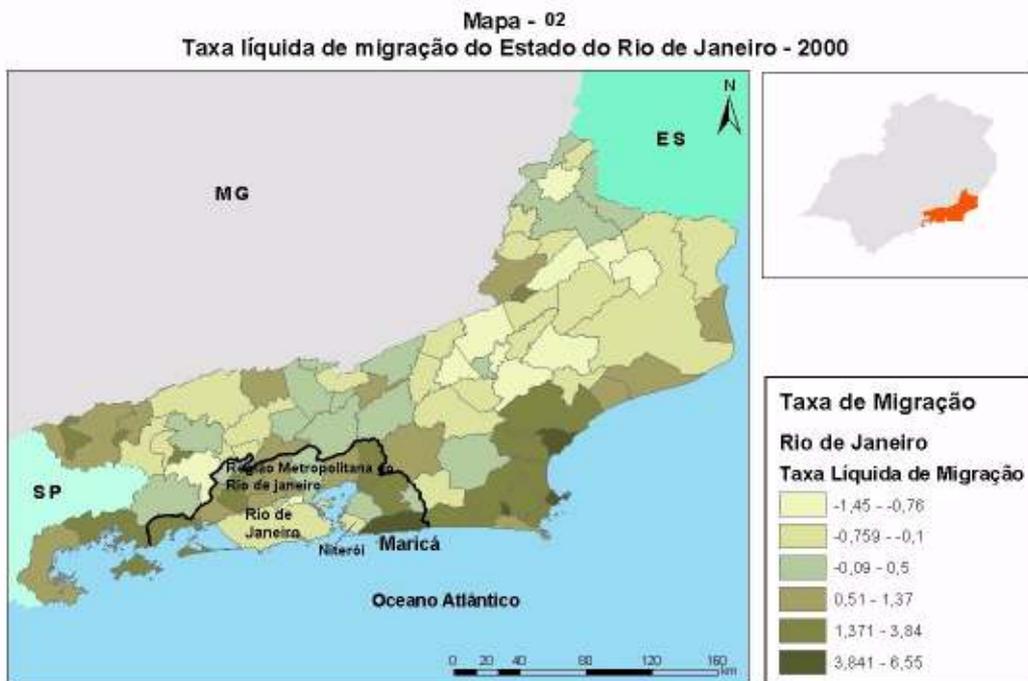
A degradação das condições sociais na RMRJ, nas últimas décadas, impôs uma “repulsão” às áreas centrais e a disseminação da “ideologia do medo”, que é um componente central na mobilidade do segmento social em questão. A violência atinge a todos, principalmente os segmentos populares, porém as classes médias e a elite são as que têm maior renda e poder de mobilidade espacial e, portanto, com possibilidade de escapar da área *perigosa*, mantendo uma interação regular com a área central.

ANAIS

Voltar



Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE CD-ROM 2004



Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE CD-ROM 2004



ANAIS

Voltar

No final do século XIX, as classes mais abastadas saíram do centro do Rio de Janeiro quando o sistema de transportes, possibilitou o deslocamento diário da elite e propiciou a formação de novos bairros. Na época foi o serviço de bondes que permitiu tal feito. Porém, “o transporte era para poucos” (ABREU,1987), só se deslocava quem tinha renda. O que temos, hoje, é uma situação semelhante, apenas numa escala ampliada, os que podem custear o deslocamento diário saem da área central, violenta e congestionada, os pobres com pouca opção permanecem.

Ao mesmo tempo, as camadas populares são as maiores vítimas da violência e do tráfico de drogas, e são atingidas diretamente pela falta de investimentos do Estado na área social e no transporte de massa. Com isso, existe uma tendência de diminuição de deslocamento, portanto uma limitação imposta pelo alto custo do transporte, sobretudo o intermunicipal. Assim, atualmente, na grande área central da metrópole, aumenta o número de pobres e ocorre o êxodo das camadas médias e superiores.(LAGO,2000). As classes médias, quando podem, procuram resolver individualmente a ameaça que a violência proporciona cotidianamente. A espelho da burguesia, também se deslocam para condomínios fechados ou se transferem para municípios menos violentos, fora da conurbação.

Com isso, no Rio de Janeiro, a mobilidade espacial atualmente tem uma fronteira muito pouco precisa entre a mobilidade para o trabalho e a residencial.

3.1 A mobilidade das classes médias no espaço metropolitano do Rio de Janeiro

“Este novo período consagra também uma redistribuição das classes médias no território, e , de outro lado, uma redistribuição dos pobres, que as cidades maiores são mais capazes de acolher”:
(SANTOS,1993).



ANAIS

Voltar

O caso da dispersão das classes médias no espaço Região Metropolitana do Rio foi tratado nos trabalhos de Brito (1990) sobre a sua inserção no bairro carioca de Campo Grande, Furnaletto et alli (1989) investigou os investimentos imobiliários na Baixada e LAGO (2000) analisou a mobilidade das diferentes classes sociais na escala metropolitana e, posteriormente (LAGO,2001) as suas repercussões espaciais. Todos eles apontam para o processo de heterogenização dos espaços periféricos, onde as classes médias tendem a ocupar espaços já dotados minimamente de infra-estrutura, anteriormente ocupados pelas classes populares.

É importante destacar que, diante da maior complexificação do espaço urbano metropolitano, torna-se problemático generalizar o termo periferia que é estritamente locus de reprodução das classes populares caracterizado pela autoconstrução e por loteamentos irregulares, ou seja, o locus da exclusão. O conteúdo social é mais importante do que a distância em relação ao Centro. Muitos espaços do entorno e do centro metropolitano são periferia, mas nem todos assim se organizam, os espaços socialmente diversificados ou exclusivamente de classes médias aqui são denominados espaços peri-urbanos.. Embora tenha a distância, a especulação imobiliária e a falta de infra-estrutura como traços comuns, isto não os insere da mesma forma que a periferia dentro do contexto metropolitano.

O processo de saída das classes médias não ocorre sempre com a mesma característica. Nas áreas periféricas *strictu-sensu* os atrativos são: aquisição da casa própria (apartamento, terreno ou casa), possibilidade de morar em condomínio fechado, perspectiva de abertura de uma pequena empresa e a proximidade com um subcentro comercial. De qualquer forma são espaços onde os pioneiros foram as classes populares lugares e já contam com alguma infra-estrutura.

A ocupação do litoral pelas elites possui uma outra característica, exemplo das zonas Sul do Rio e de Niterói. Os atrativos são as amenidades socialmente valorizadas no momento, como o litoral e o verde. As elites deparam-se também com uma população local de baixa renda, formada de pescadores e pequenos



ANAIS

Voltar

sitiantes. Porém, a grande valorização do solo, graças à presença das classes mais abastadas, expulsa rapidamente os antigos moradores e a infra-estrutura urbana não tarda por ser instalada pelo Estado. Quando as classes médias chegam, esses lugares já estão com a infra-estrutura instalada.

No município de Maricá está ocorrendo a ocupação pelas classes médias da área central metropolitana, porém sem o incentivo das grandes empresas, como na Zona Oeste do Rio, e contrariando a afirmativa de Santos (1991): "as classes altas e médias buscam ocupar os lugares já consolidados ou em vias de consolidação em matéria de serviços e previamente ocupadas pelos mais pobres". Esta afirmação caracterizaria melhor o que vem ocorrendo na Baixada Fluminense e na Zona Oeste, no município do Rio de Janeiro. No município em questão, as classes médias, em sua maior parte, ocupam áreas sem infra-estrutura urbana e sem perspectiva de solução dos problemas a curto prazo. Este fato é uma novidade na história urbana do Rio de Janeiro.

4. A inserção de Maricá na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

O município de Maricá, desde os tempos mais remotos da colonização, no século XVI, até os anos 30 do século XX, era eminentemente rural. Por suas terras desenvolveram-se os ciclos de lavouras que também tomaram conta do território fluminense: a cana-de-açúcar, o café e por último os cítricos.

A atividade da cana-de-açúcar foi responsável pela implantação das grandes fazendas escravocratas, resultado da doação de sesmarias pela coroa portuguesa. As fazendas criadas, entre outras, foram Rio Fundo, Bananal, Cassorotiba, Pilar, Ubatiba e Flamengo (MACHADO, 1977). A mais extensa e povoada era a Fazenda São Bento, fundada no século XVII que pertencia à ordem católica dos Beneditinos. O primeiro povoado surgiu em virtude do seu dinamismo, numa colina situada na margem norte da lagoa de Maricá, nas proximidades do canal de São Bento, onde é o atual bairro de São José do Imbassáí.



ANAIS

Voltar

No século XIX a produção do café apresentou um importante surto na área costeira, em todo o leste fluminense, de Niterói até Macaé⁵. Em Maricá muitas fazendas ocuparam suas encostas com cafezais e mantiveram as planícies com a cana-de-açúcar, o que trouxe novo vigor econômico ao município. Nesta mesma época, com o crescimento da Corte do Império, o município passou também a fornecer produtos agrícolas e pescado para abastecimento das cidades do Rio e de Niterói. A aproximação de Maricá com a Corte foi representada pelos membros nobreza como o Marquês de Maricá e o Barão de Inoã e, ainda, o Conselheiro Macedo Soares. A abolição da escravatura e a Proclamação da República atingiram profundamente a economia do interior fluminense, baseada na mão-de-obra escrava e nos privilégios junto à Corte. Este momento de inflexão política e econômica também atingiu o município de Maricá, não demorou a se reerguer.

O desafio do início do século XX era a substituição do café por um outro produto menos sujeito às variações do mercado internacional. A saída foi a implantação da política de diversificação agrícola para todo o interior do estado. Na área de planície costeira o produto indicado pelo governo foi a laranja. Assim, na primeiras décadas do século XX os laranjais se disseminaram na Baixada Fluminense e no Leste Fluminense, inclusive em Maricá. As fazendas e sítios investiram durante décadas no cultivo do cítrico. Uma parte da produção atendia o mercado interno, a outra parte era carregada em tropas de burro até Alcântara onde era beneficiada, com mergulho em cera, e embalada para exportação.

A partir dos anos 40, a crise do comércio internacional, devido à Segunda Guerra Mundial, fez naufragar a exportação da laranja, provocando o desmantelamento da estrutura produtiva: lavoura, estocagem, circulação, beneficiamento e exportação. A solução não veio no cultivo de um outro produto agrícola, que trouxesse novamente dinamismo econômico, mas no parcelamento de terras para fins urbanos.

⁵ O dinamismo econômico promovido pela atividade do café na planície costeira, foi um dos elementos na criação de vários municípios como São Gonçalo, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Saquarema, Araruama e São Pedro da Aldeia.



ANAIS

Voltar

A saída escolhida para a crise foi uma nova inserção deste município no território fluminense, como espaço urbano para fins turísticos, agora, no contexto do desenvolvimento urbano-industrial, que o Brasil adotou a partir do Governo Vargas.

A aproximação da elite local com o influente Interventor/Governador Amaral Peixoto, genro de Getúlio,⁶ foi o elemento chave para os investimentos na melhoria do acesso a Maricá e no saneamento das lagoas no início dos anos 40. Neste período dois grandes canais foram abertos, a partir das lagoas, em direção ao mar⁷, como grandes drenos permanentes, o que diminuiu o nível de base do sistema e impediu as cheias periódicas. Isto disponibilizou vastas extensões de terras em torno do sistema lagunar, antes sujeitas à inundação. Estas áreas foram prontamente adquiridas e transformadas em grandes loteamentos para uso urbano neste período como pode ser observado no mapa nº 3.

Tal como os demais municípios da Região dos Lagos, Maricá foi um **lugar concebido** pela elite local e pelo governo de estado, nos anos 40, para ser o locus de veraneio das classes médias urbanas e da elite da Capital da República. Seria parte integrante do que Cláudio Barbosa da Costa chamou de “Cinturão Territorial Turístico da metrópole carioca”, formado a partir da:

"complexificação da divisão social do trabalho induzida pelo surto industrial, que gerou o surgimento de capitais destinados à produção de residências e loteamentos, e uma vigorosa classe média com novos padrões culturais e hábitos de consumo". COSTA (1993)

A pavimentação da rodovia Amaral Peixoto e a retirada de trechos da ferrovia em 1946, por parte do governo do Estado, favoreceu o acesso aos municípios integrantes deste Cinturão Territorial Turístico. Este processo, porém,

⁶ Sobre a trajetória política de Amaral Peixoto ver: ABREU, Alzira Alves & BELOCH, Israel (org). Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Forense, 1984

⁷ Canal da Costa em Itaipuaçu e o Canal de Ponta Negra.



ANAIS

Voltar

consolidou-se com a transformação de Araruama num moderno centro turístico, com o total remodelamento urbano do seu centro. Cabo Frio, porém, já era um importante centro pesqueiro, portuário e de defesa, e sua importância regional ainda veio ganhar maior vulto com a implantação das indústrias de pescado, refino de sal e da Fábrica Nacional de Álcalis⁸. Devido a sua infra-estrutura superior à dos demais, Cabo Frio foi o município que melhor teve condições de se tornar o grande pólo turístico da Região dos Lagos.

Em Maricá um grande número de empreendimentos imobiliários foi aprovado neste período. No mapa nº 3 é bastante visível o processo de parcelamento no Centro, na orla das lagoas, na orla marítima e em inúmeras outras fazendas.⁹ Estas extensas áreas tiveram seu uso praticamente transformado num espaço de tempo muito curto. O que chama a atenção é o grande número de lotes de cada loteamento, só o Jardim Atlântico em Itaipuaçu contou com vinte mil unidades. A partir da observação dos gráficos n.º 1 e n.º 2, fica evidente que a especulação teve origem nos anos cinquenta e não nos anos setenta. Muitos lotes criados neste período permanecem vazios até hoje, servem como reserva de valor dos seus proprietários e como um grande estoque de terra urbana da metrópole.

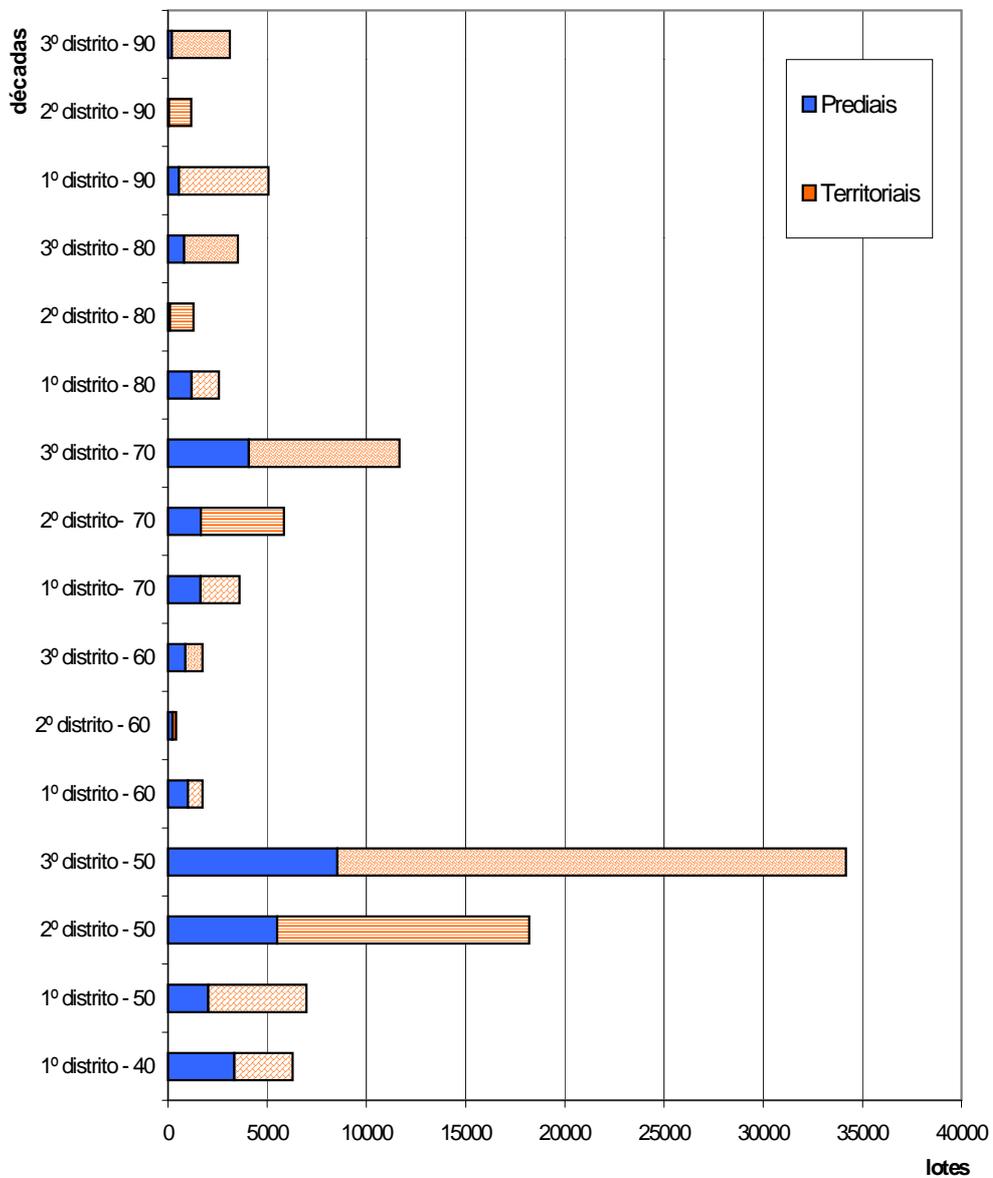
⁸ O local da fábrica hoje faz parte do município de Arraial do Cabo, emancipado de Cabo Frio em 1988.

⁹ Sobre o processo de parcelamento de terras em Maricá ver MARTINS, 1986.

ANAIS

Voltar

Gráfico nº 1
Maricá, número de lotes aprovados por distrito.
Cadastro de imóveis
Prefeitura municipal de Maricá, 2000.
1º distrito - Sede, 2º distrito - Ponta Negra
3º distrito - Itaipuaçu e Inoã

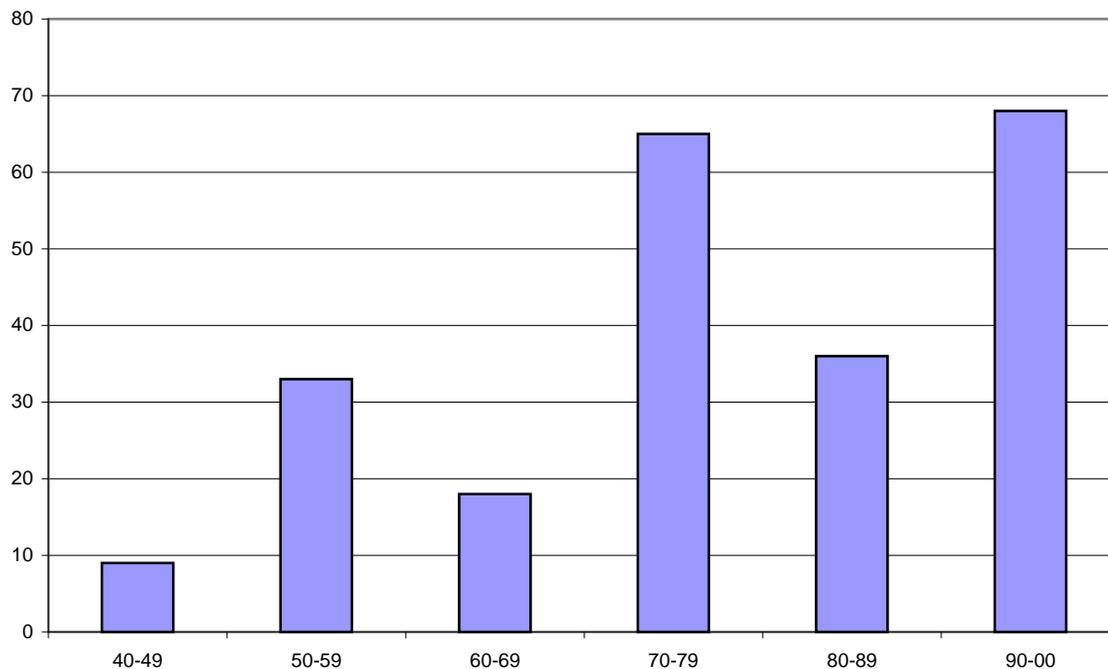


ANAIS

Gráfico nº 2
Maricá, número de empreendimentos imobiliários aprovados por década
Loteamentos e Condomínios

Voltar

Fonte: Cadastro de imóveis Prefeitura de Maricá, ano 2000.





ANAIS

Voltar

É importante ressaltar que este processo não foi um caso isolado, fez parte de um conjunto de mudanças de transformação do uso do solo agrícola em urbano, na forma de parcelamento de grandes fazendas, atribuindo, assim novas funções às áreas de fazendas seculares. Isto ocorreu não só na Região dos Lagos como também na Região Metropolitana, sobretudo na Baixada Fluminense e em São Gonçalo. Em virtude do apoio do poder público, o formato era de implantação de grandes loteamentos (ABREU, 1987). No entanto, o destino dessas áreas era o de se inserir no contexto metropolitano como locus da expansão urbana e industrial da metrópole, o que de fato ocorreu, porém não se deu ao mesmo tempo em todas as áreas. No município em estudo este tipo de inserção só veio ocorrer posteriormente.

Durante os anos 50 e 60, Maricá participou timidamente do boom veranista da Região dos Lagos. Mesmo com toda a ação dos agentes imobiliários e do Estado, as classes médias e a elite do Rio e de Niterói optaram por veranejar em outros recantos de praia e serra, com maior infra-estrutura e mais “agitados”. Mesmo com a proximidade, a tranquilidade e a beleza natural, o conjunto de atrativos do município não era valorizado na época pelo setor social em questão.

A falta de dinamismo local pode ser verificada também nas baixas taxas de crescimento da população no período de 40 a 50. Comparado-se aos demais municípios, evidencia um fenômeno de êxodo, como pode ser visto nos gráficos nº 3 e nº 4. Um dos resultados é que nos anos 60 Maricá sofre uma forte retração no mercado de terras local.

ANAIS

Voltar

Gráfico nº3
Taxa média geométrica de crescimento anual da população
Maricá, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Região dos Lagos.
Fonte IBGE

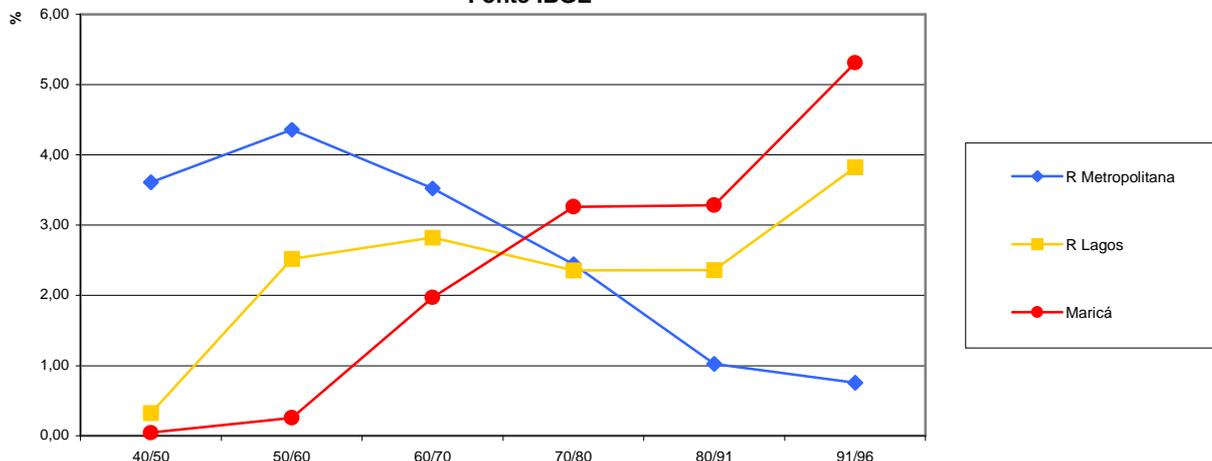
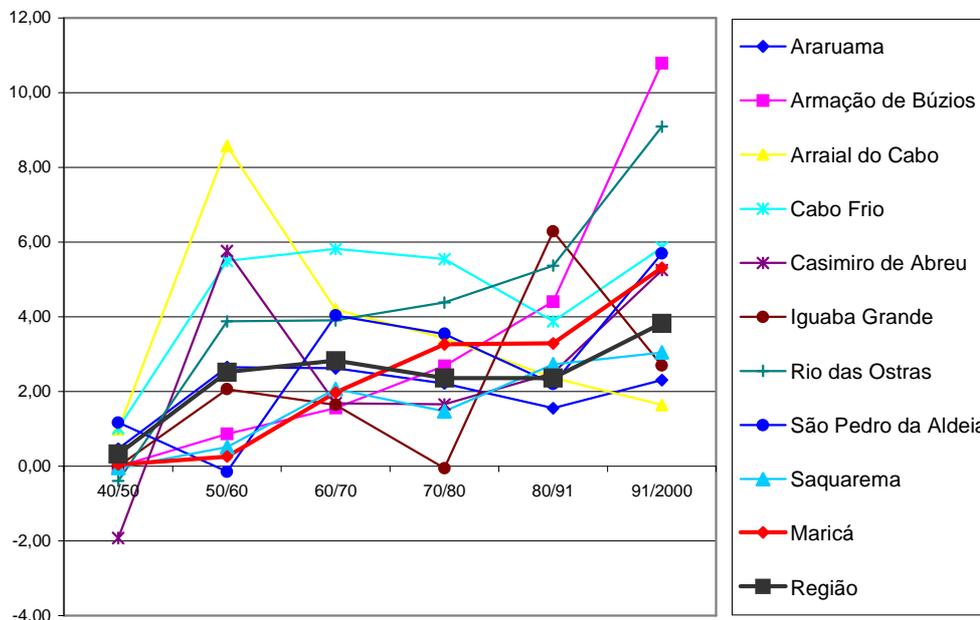


Gráfico nº4
Taxas média geométrica de Crescimento anual da população
Maricá e Municípios da Região dos Lagos
IBGE - 2000



Os anos 70, os do milagre econômico, foram marcados pela expansão de capitais imobiliários pela Região dos Lagos, que fizeram proliferar loteamentos



ANAIS

Voltar

para fins de veraneio. A abertura da ponte Rio-Niterói aumentou as condições de acessibilidade, o que colocou o território maricaense dentro da isolinha de uma hora de distância do centro da cidade do Rio de Janeiro. O tempo de viagem de ônibus gasta-se em torno de uma hora e quinze minutos. Este fato promoveu a intensificação do processo de parcelamento do solo e de sua ocupação. Até 1974 somente a área do Centro estava mais densamente ocupada, embora, grande parte da orla das lagoas e marítima já estivesse disponível para tal.

A partir dos anos 70 até meados dos anos 80, ocorreu uma ocupação mais efetiva, porém mais seletiva do que nos anos 90, a ocupação é mais intensa somente na orla, no entorno de Ponta Negra, Barra de Maricá e Jaconé.

Embora toda a Região dos Lagos tenha sofrido um impacto, no parcelamento de terras e de sua ocupação para fins de veraneio, com a construção da ponte, o lugar da moda no anos 70 era Saquarema devido ao festival de Surf, e ao festival de rock. Em Maricá a orla marítima de Itaipuaçu, Barra, Jaconé teve finalmente suas áreas valorizadas pelos veranistas. Porém Ponta Negra é que fazia sucesso, até porque era, e é até hoje, o único local da orla onde é possível praticar surf, na época elemento indispensável de atração do público jovem das classes médias. Foi esta localidade o principal vetor de ocupação urbana para fins de veraneio em Maricá.

O Centro mesmo era formado de residências permanentes e era acentuadamente polarizado por Niterói e agora, mais ainda, pelo Rio. Porém, já na década de 70, os estudos de CASTRO *et alli* (1974) e Teixeira & Soares (1974) comprovam a integração cotidiana do município com a área metropolitana como núcleo dormitório, como franja pioneira urbana e como área de veraneio. Na verdade, Maricá já se situava desde então como município intermediário entre a Região Metropolitana e a Região dos Lagos.

Em 1975 após a fusão, com a institucionalização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o município é incluído por estar vinculado aos centros metropolitanos (Rio e Niterói), principalmente no que refere ao movimento diário da



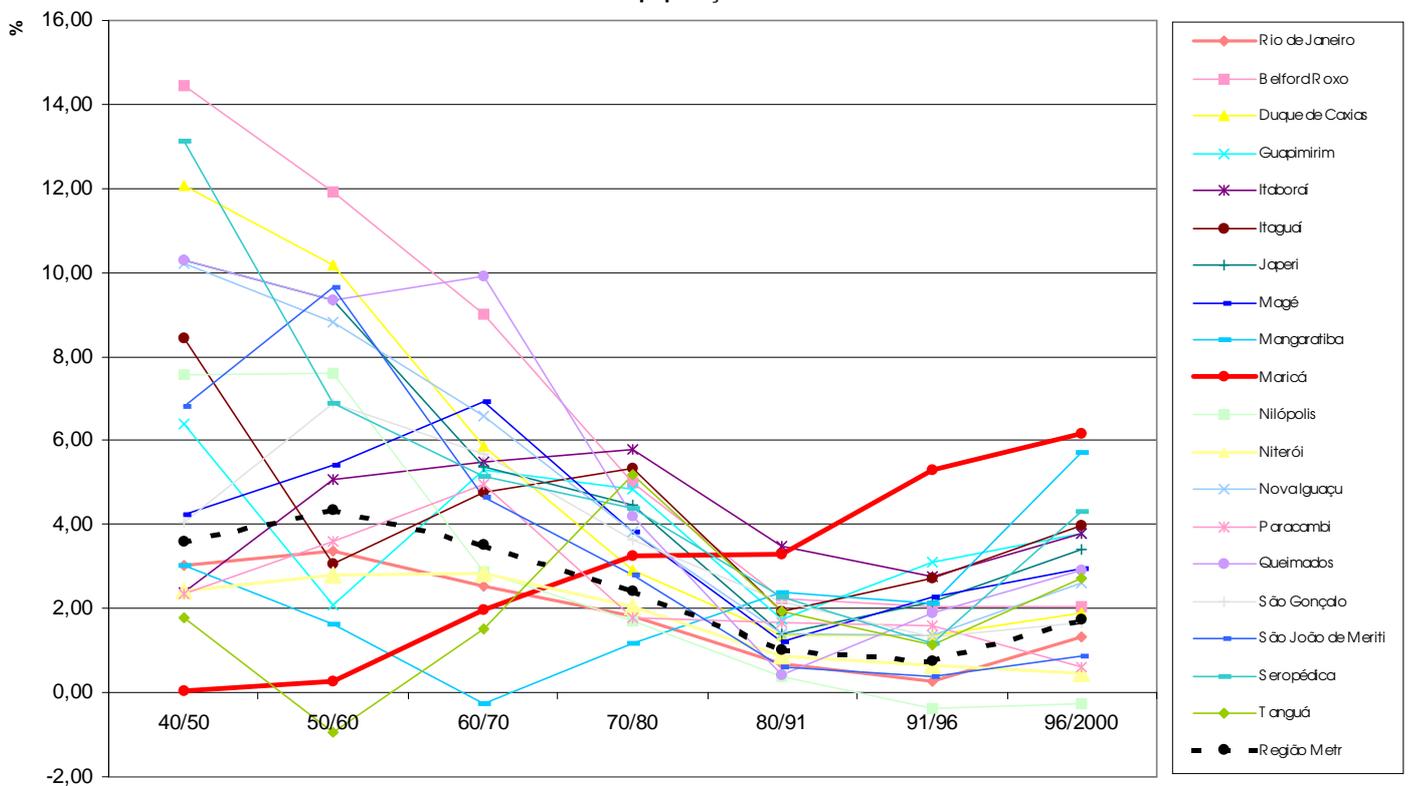
ANAIS

Voltar

PEA, formada por trabalhadores manuais, mas sobretudo pelas classes médias locais que se deslocavam para o trabalho. CASTRO *et alli* (1974)

Mesmo sofrendo um novo período de retração no mercado de terras, os anos 80 representaram para o município uma intensificação na ocupação, não só de veranistas como de moradores permanentes, originários de Niterói e sobretudo da cidade do Rio de Janeiro. Este fato promoveu o forte crescimento populacional do município na década de 80, a maior taxa da Região Metropolitana. Vide no gráfico nº5, que este processo se acentua no início dos anos 90 e mais ainda entre 1996 e 2000.

Gráfico N.º 5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Taxa média de crescimento anual da população - 1940 / 2000 Fonte: IBGE





ANAIS

Voltar

É importante perceber, porém, que, embora Maricá apresente recentemente taxas altas de crescimento populacional, estas são bem menores do que as taxas dos municípios da Baixada nas décadas anteriores. O contexto é outro, não é mais o das grandes migrações interestaduais, e sim de um reordenamento no interior do território fluminense, sobretudo da Região Metropolitana.

Embora o crescimento econômico indique que a Região do Vale do Paraíba Sul e Macaé sejam os grandes vetores de crescimento, e portanto, áreas de oportunidades no estado, é a Região dos Lagos o **lugar** escolhido para viver, por ser um espaço familiar, já conhecido. No imaginário do morador e do veranista Maricá sempre fez parte da Região dos Lagos. Fato que veio se consumar com a sua integração oficial na Região das Baixadas Litorânea em setembro de 2001.

5. Os Novos Citadinos e a produção do espaço urbano em Maricá

Os atributos de Maricá antes desprezados — tranquilidade, beleza natural e proximidade — são agora valorizados pelas classes médias do centro metropolitano, que procuram se refugiar da violência, ter acesso permanente ao centro e, ao mesmo tempo, estar em contato contemplativo com ecossistemas ainda preservados.

A mobilidade das classes médias no espaço metropolitano ocorre devido às dificuldades de se permanecer no núcleo metropolitano. A saída representa, numa primeira visão, baixar os custos de reprodução, como a busca da casa própria para fugir do aluguel, no entanto, os que já adquiriram sua residência fecham-na, alugam-na e saem em busca de melhor qualidade de vida. O que identificamos como denominador comum desses sujeitos foi a **perda do lugar**. Perda do cotidiano compartilhado, da caminhada no bairro, da brincadeira na rua, do convívio com os vizinhos, da infância livre.

No decorrer desses vinte anos de chegada dos novos moradores, é possível perceber algumas mudanças do perfil entre os que já chegaram há mais tempo,



ANAIS

Voltar

durante os anos 80, e os que chegaram nos anos 90¹⁰. Isso se deve à própria transformação que vem ocorrendo no município, de uma localidade litorânea, com função de veraneio, passando, cada vez mais, a uma área residencial da metrópole.

Os novos moradores em questão impõem novos usos do território, na medida em que o uso do espaço urbano deixa, aos poucos, de ser exclusivamente ocasional, e passa a ser de uso permanente, adotado por um segmento social portador de características próprias.

Esta nova ordem territorial, ao mesmo tempo que se faz com determinada tensão, devido aos conflitos de uso com os moradores antigos, é geradora de uma nova sociedade, visto que os valores da sociedade são produzidos no **cotidiano, no lugar**.

Devido à ausência dos serviços públicos, as classes médias acabam por arcar com todas os custos sociais, que antes era oferecidos pelo Estado no bairro de origem: maior gasto com energia elétrica (para a bomba hidráulica movimentar a água do poço e, muitas vezes, para iluminação da rua), com pipa d'água, água potável, gasolina (para todos os deslocamentos devido a quase ausência de transporte intramunicipal nas estradas vicinais), segurança própria com cães, com obras da casa sem financiamento. Tudo isso, somado com as perdas salariais, faz com que sobre pouco para o consumo. A expectativa do comércio, de que as vendas aumentem muito com a chegada de novos moradores, fica frustrada, somente alguns setores são dinâmicos, justamente aqueles mais essenciais e os ligados diretamente à ausência do Estado. É a própria privatização dos serviços públicos nos moldes de um país periférico.

De maneira geral, nota-se que o comércio e os serviços crescem de forma lenta frente ao crescimento populacional. A frustração do comércio também se deve à facilidade de deslocamento das classes médias, se comparada à das classes populares. Aquelas optam por comprar em grandes magazines ou em

¹⁰ O perfil detalhado dos novos moradores é apresentado e analisado em GUICHARD (2001)



ANAIS

Voltar

shopping, em detrimento do comércio local, ou seja, criam uma demanda enorme de serviços no lugar de residência, mas pouco retornam para a economia local em relação ao potencial da massa salarial.

Sem dúvida alguma, a mobilidade estudada, faz do município de Maricá o locus de reprodução de uma sociedade que vêm acumulando perdas de salário, que vem tendo dificuldades no acesso à moradia (própria ou alugada), perda da liberdade de viver plenamente o lugar, impossibilidade de usufruir de amenidades que a proximidade com a natureza proporciona.

Os novos espaços que vão se incorporando à metrópole são representativos de mudanças na sociedade. No Rio de Janeiro, além da crise econômica, a violência é um componente determinante nesta mudança de comportamento, as pessoas não saíram somente para adquirir a casa própria. Traumatizadas, foram sobretudo procurar ficar a salvo. Assim, mudaram mais do que de residência, buscaram um lugar que lhes acolhesse, servisse de abrigo e que, ao mesmo tempo, garantisse o trabalho, graças à proximidade com o centro metropolitano ou à possibilidade de abrir uma nova frente de trabalho.

O fenômeno em estudo acaba por representar, entre outros aspectos, uma compensação pelas perdas sofridas durante essas duas últimas décadas, perda inclusive do lugar que serviu de múltiplas referências. Um **novo lugar** representa a aquisição de bens, a proximidade com elementos significativos, e, sobretudo, a concretização de projetos e desejos, que, dificilmente, seriam realizados no lugar de origem.

Conclusão

Um território, constituído anteriormente, para veranista, de uso ocasional, passa a receber um expressivo contingente de moradores de classes médias, que requer um uso permanente do território. Ou seja, um uso não mais de final de semana, mas cotidiano, semanal, envolvido com as pressões diárias, com a reprodução do próprio segmento social. Por isso este segmento impõem novas normas sobre o território não só no uso residencial, mas também sobre o sistema educacional, sobre a política, sobre o transporte, sobre a implantação de infra-



ANAIS

Voltar

estrutura e na relação com a municipalidade, enfim, sobre os elementos próprios do uso do território de forma permanente pelas classes médias.

Enfim, vivenciar plenamente o lugar, ter acesso à terra urbana, permitir que se tornem reais desejos e projetos, promove dignidade num período de muitas perdas. As classes médias que fizeram a opção estudada tiveram o *direito de tocar na sua utopia*, lembrando Darcy Ribeiro, um morador de Copacabana, que também escolheu Maricá como um **Lugar** para viver.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de A. (1987) *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO / Zahar.

BECKER, Bertha.& EGLER,Cláudio (1996). *Brasil, nova Potência na Economia Mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BECKER, Olga M. (1997) *Mobilidade Espacial da População. Conceitos, Tipologia e Contextos*. In: CASTRO,Iná. GOMES,Paulo César C. & CORRÊA, R. Lobato. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BRITO, A. (1990) *Promoção Imobiliária na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro*. Tese de mestrado. IPPUR-UFRJ.

CASTRO, Iná. et alli (1979) *A Integração de um Setor Periférico ao Grande Rio: o caso de Maricá*. Belém, Terceiro Congresso da AGB.

CIDE (1997) (1998) (1999-2000) *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, CIDE - Centro de Informações do Estado do Rio de Janeiro.

CORRÊA, Roberto Lobato. (1992) *O Meio Ambiente e a Metrópole*. In: ABREU, Maurício de A.(org.) *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura,

COSTA, Cláudio B da. (1993) *O Negócio da Terra, a Expansão Urbana em Araruama*. Tese de mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia-UFRJ Rio de Janeiro.

FURNALETTO, Diva. et alli. (1989) *Promoção Imobiliária e Espaço Residencial da Classe Média na Periferia Metropolitana do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Geografia*, 49(1). Rio de Janeiro, IBGE.

GUICHARD, Désirée. (2001) *O Lugar das Classes Médias em Maricá*. Dissertação de Mestrado em Geografia. PPGG/UFF.

HOLZER, Werther. (1997) *Uma Discussão sobre os Conceitos de Paisagem e Lugar, Território e Meio Ambiente*. *Revista Território* n°. 3 LAGET/UFRJ Rio de Janeiro, Garamond,



ANAIS

Voltar

- IBGE. (1980)(1991)(1996)(2000) Censos Demográficos. Rio de Janeiro, IBGE.
- LAGO, Luciana Corrêa do. (2000). Desigualdade e Segregação na Metrópole; O Rio de Janeiro em Tempo de Crise. Rio de Janeiro, Revan.
- _____ (2001) Diversificação do Espaço Metropolitano do Rio de Janeiro. Núcleo Observatório, IPPUR-UFRJ.(xerox).
- MACHADO, Pd Paulo Batista. (1977) Maricá meu Amor. Rio de Janeiro, Apex Editora.
- MARTINS, Ângela M. (1986) O Parcelamento de Terras no Município de Maricá - RJ. Tese de mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia-UFRJ. Rio de Janeiro.
- MELO, Marcos André B. C. de. (1990) Estruturação Intra-urbana, Regimes de Acumulação e Sistemas Financeiros de Habitação. Brasil em Perspectiva Comparada. *Espaço & Debates*, ano X, n.º31. São Paulo, NERU.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1987) O Elo Perdido; Classe e Identidade de Classe. São Paulo, Brasiliense.
- _____ (1988). Medusa ou as Classes Médias e a Consolidação Democrática. In: Reis, Fábio W. & O'Donnell, Guilherme. (orgs.) A Democracia no Brasil; Dilemas e Perspectivas. São Paulo, Vértice.
- PRETECEILLE, Edmond. (1986) O Conceito de Classes Sociais na Pesquisa Urbana. *Revista Dados*, 31 (2). Rio de Janeiro, IUPERJ.
- _____ (2000) Divisão Social e Desigualdade. In: RIBEIRO, Luiz César Q.(org.) O Futuro das Metrôpoles: Desigualdades e Governabilidade. Rio de Janeiro, Revan - Fase.
- RIBEIRO, Luiz César Queiroz.(2000) Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ROCHA, Márcio M. (1998) A (In)Determinação do Conceito de Mobilidade nas Ciências Humanas. In: Boletim de Geografia.. 16 (1). Maringá, Universidade Estadual de Maringá.
- SANTOS, Milton.(1991) Metrópole Corporativa Fragmentada; o caso de São Paulo. São Paulo, Nobel.
- _____ (1993) A Urbanização Brasileira. São Paulo, Hucitec.
- _____ (1997) A Natureza do Espaço. São Paulo, Hucitec.
- _____ (1999) Por uma outra Globalização. Rio de Janeiro, Record.
- SOUZA, Marcelo J. L. de. (2000) O Desafio Metropolitano. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- TASCHNER, Suzana P. (1990) Habitação e Demografia Intra-urbana em São Paulo. *Revista Brasileira de População*. 7 (1) São Paulo, USP.



ANAIS

Voltar

TEIXEIRA, Marlene P. V. & SOARES, Willam G. (1979) Integração de Maricá à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, AGB, Seção Rio.